



4273 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA À LUZ DA DIALOGICIDADE EM PAULO FREIRE
Sawana Araújo Lopes de Souza - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O presente trabalho visa analisar o lugar das relações étnico-raciais nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) à luz da dialogicidade pedagógica de Paulo Freire. Adotamos como metodologia a abordagem qualitativa e do tipo documental, pois analisamos dois Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) da rede municipal de João Pessoa/PB. Com base nesta pesquisa, observamos que existem dois PPP com duas perspectivas diferentes em torno da educação para as relações étnico-raciais, pois no PPP da escola A observamos uma forte preocupação por meio dos projetos educativos que são desenvolvidos pelos professores no decorrer do ano e uma reflexão acerca da legislação que regulamenta sobre a educação das relações étnico-raciais. No PPP da Escola B observamos que a discussão em torno da educação para as relações étnico-raciais está restrita ao cumprimento de uma legislação a qual está regulamenta nas políticas educacionais. Concluímos que o PPP da escola A representa um avanço, pois está presente quer seja pela problematização da temática em estudo quer seja por meio dos projetos que são realizados pelos professores. Portanto, precisamos incentivar cada vez mais o debate acerca da inserção e implementação da educação para as relações étnico-raciais desde a educação básica até o ensino superior.

O LUGAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA À LUZ DA DIALOGICIDADE EM PAULO FREIRE

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma dissertação que foi defendida na linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB) e vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa da Pedagogia Paulo Freire (GEPPF/UFPB). Temos como recorte da citada pesquisa, a análise sobre o lugar das relações étnico-raciais nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de duas escolas municipais de João Pessoa/PB. Entendemos que esta discussão no PPP se torna necessária para o campo escolar, tendo em vista que este documento significa o desenvolvimento de cada escola. Na atual conjuntura educacional, com a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os PPP's devem se adaptar a este documento. Essa adaptação reforça a necessidade de analisarmos o posicionamento das relações étnico-raciais nos PPP. Além disso, justificamos que estudar esta temática no atual cenário das políticas educacionais é desafiador devido às inúmeras perdas dos direitos sociais que estamos vivenciando com o atual governo. Dessa forma, em busca da sua implementação e reconhecimento nas políticas educacionais Gomes (2010, p. 245) afirma que as relações étnico-raciais possuem como desafio a sua implementação sob a perspectiva de uma "[...] estrutura social e na teia de relações sociais estabelecidas em uma sociedade pluriétnica, multirracial e, ao mesmo tempo, profundamente desigual como no caso do Brasil". Essa teia de relações sociais que foi mencionado por Gomes (2010) reforça que a implementação das relações étnico-raciais neste documentos escolares representa uma obrigatoriedade a partir de uma luta histórica da população negra em torno do seu reconhecimento e valorização no espaço escolar. Diante da justificativa mencionada anteriormente, apontamos a seguinte problemática: qual é o lugar das relações étnico-raciais em dois Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de duas escolas municipais de João Pessoa? Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar o lugar das relações étnico-raciais nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) à luz da dialogicidade pedagógica de Paulo Freire. A metodologia adotada, caracteriza-se por ter uma abordagem qualitativa, que segundo Richardson (2018, p. 67) consiste em um "[...] meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano [...]" e é do tipo documental, que de acordo com Lüdke e André (2013, p. 45) constituem-se em "[...] fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador". Um documento (na análise documental) tem o objetivo de dar visibilidade a um diálogo estabelecido com o tema abordado, sendo esta uma das vantagens da pesquisa documental. Além disso, acreditamos que, também, dá voz a esses documentos que, geralmente, estão esquecidos em gavetas ou arquivados nas escolas. Com base nessa afirmação analisamos os documentos que norteiam a discussão em torno da obrigatoriedade de implementarmos a temática das relações étnico-raciais a partir da investigação em dois Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's). Neste caso, adotamos como percurso metodológico a leitura de cada PPP para em seguida identificarmos onde está presente a discussão sobre as relações étnico-raciais. Os PPP's foram solicitados pôr meio de uma autorização feita pela Secretaria Municipal de João Pessoa/PB e em seguida, munidas com esse documento, nos dirigimos as duas escolas campos. As escolas estão localizadas nos bairros de Mangabeira e no Cristo os quais possuem uma das maiores populações do município de João Pessoa/PB. A **Escola A** atendeu, em 2014, a 845 alunos e alunas desde o Ensino Fundamental I até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A **Escola A** conta com uma equipe multiprofissional para atender as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Com relação à infraestrutura, a presente instituição escolar possui seis salas de aulas, dentre elas uma sala destinada ao Programa Mais Educação e atende aos estudantes do Ensino Fundamental I, II e a EJA, além de oferecer aulas em horário posterior ao de estudo do aluno, o Programa Mais Educação. Enquanto a **Escola B** originou-se com base na história de Zumbi dos Palmares que se deu em virtude da "[...] importância da contribuição do negro ao longo de nossa história e em homenagem ao herói negro Francisco, que liderou a luta de resistência aos brancos no Quilombo dos Palmares em Maceió – Alagoas [...]" (JOÃO PESSOA, 2014b, p. 4). Além disso, nos fundamentamos na pedagogia freireana (1978, 1987, 1992) e em pesquisadores que vem desenvolvendo estudos sobre as relações étnico-raciais, tais como Gomes (2010), Rodrigues (2013), De Paula (2009). Outra categoria de análise freireana é o diálogo, que tem se tornado uma luta dos movimentos sociais que reivindicam seu espaço nas políticas. Para Freire (1987, p. 10), "[...] o diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Diante desse conceito, Freire (1987) observa que a categoria diálogo está envolvida com a história à medida que é uma ferramenta/caminho que possibilita a efetivação

dos direitos sociais e se torna um produto histórico. As relações étnico-raciais precisam de diálogo para que seus direitos sociais sejam consolidados, ou seja, torna-se necessário que se tenha um “diálogo crítico e libertador”. Diante disso, Freire (1987, p. 78) estabelece uma distinção entre o antidialogo e o dialogo. “[...] A primeira, opressora; a segunda, revolucionário-libertadora [...]”. Na perspectiva antidialógica debatida por Freire (1987), faz-se necessário mencionar a conquista, dividir para manter a opressão, manipulação e a invasão cultural. Portanto, o antidialogo torna-se, ainda, presente neste estudo quando se presencia a luta dos movimentos sociais para promover ações afirmativas nas escolas. Rodrigues (2013, p. 15) afirma que “a educação, nesse contexto, é desafiada a romper com a sua antiga função de unificação, por meio da mera assimilação, compreendida no projeto de erradicação de culturas – como a africana e indígena – em prol da formação e da produção de um sujeito universal [...]”. Esta afirmação é muito forte, mas é preciso escrevê-la neste estudo a fim de que se possa gerar uma reflexão crítica de que a mudança é possível no ambiente escolar. O dialogo para Freire (1987) baseia-se nas seguintes características: colaboração, unir para a libertação, organização e síntese cultural. Essas fases dialógicas propostas por Freire (1987) precisam ser cada vez mais inseridas nos espaços educacionais a fim de que haja uma expansão do debate das relações étnico-raciais. O dialogo se justifica como uma categoria de análise devido aos documentos analisados abordarem a respeito do reconhecimento e implementação das relações étnico-raciais, cujo caminho requisito do dialogo para que possam efetivá-la no espaço escolar. Nesse sentido, De Paula (2009, p. 176) afirma que: “[...] inserir as relações étnico-raciais como um dos temas transversais e norteadores da educação brasileira significa romper com essa face segregadora da educação, para criar uma educação, de fato, integradora e inclusiva [...]”. Para o sujeito considerado “oprimido” deixar esta condição faz-se necessário um “diálogo crítico e libertador”, conforme Freire (1987, p. 72) ratifica: “[...] por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um dialogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor”. É preciso lutar por uma relação dialógica problematizadora, ou seja, aquela que busca estimular a criticidade de cada sujeito. A implementação para a temática em estudo pode se realizar durante a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e dos projetos educativos desenvolvidos pelos professores de escolas municipais de João Pessoa/PB. Neste sentido, uma educação problematizadora contribui para que haja a implementação das relações étnico-raciais nos espaços escolares. Com base na fundamentação apresentada nesta investigação observamos que a temática das relações étnico-raciais está em evidência em um dos PPP enquanto no outro PPP as discussões estão restritas, conforme as análises a seguir. No PPP da escola A observamos que a discussão sobre as relações étnico-raciais está restrita aos debates a respeito do estudo dos projetos, a exemplo do seguinte fragmento: “[...] projetos transdisciplinares para auxiliar o grupo na teorização de suas práticas e conquistando espaços para alcançar os objetivos” (JOÃO PESSOA, 2014a, p. 14). Neste sentido, observamos que durante a elaboração de projeto precisamos construir um dialogo com todos os sujeitos que estão inseridos neste processo a fim de que a temática das relações étnico-raciais esteja presente. Desse modo, este projeto necessita “[...]descodificação da realidade” (FREIRE, 1978, p.35). Outro fragmento que está presente no PPP da Escola A e que estabelece uma relação com a temática em discussão: “[...] respeitar outras verdades outras culturas [...]” (JOÃO PESSOA, 2014a, p. 21). Sendo assim, a medida que tivermos um debate acerca desta temática, desde o planejamento do Projeto Político Pedagógico (PPP), teremos de fato, uma educação voltada para a educação das relações étnico-raciais. Assim, Freire (1978, p.35) salienta “[...]diálogo como selo do ato de conhecimento, bem como do papel dos sujeitos cognoscentes neste ato[...]”. Por outro lado, no PPP da escola B observamos que a discussão em torno da educação para as relações étnico-raciais estava vinculadas aos seguintes fragmentos: “[...] Escola em seu trabalho pedagógico e educacional enfatiza a necessidade de alcançar uma educação centrada no respeito e valorização das diferenças, destacando a mudança de paradigma acerca da educação inclusiva (JOÃO PESSOA, 2014b, p. 5), bem como [...] A proposta pedagógica da escola norteia o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, fundamentada em concepções educacionais diversificadas e organizadas (JOÃO PESSOA, 2014b, p. 22). Em busca desta valorização de uma educação para as relações étnico-raciais observamos que o dialogo se torna vital neste processo. Porém, faz-se necessário que este dialogo seja inserido sob a perspectiva de uma colaboração mútua (FREIRE, 1992), ou seja, tenha como característica uma construção coletiva e com os sujeitos que são inseridos neste processo. Portanto, observamos que os dois Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) possuem como eixo central a respeito da temática das relações étnico-raciais à contemplação e efetivação de leis, a exemplo da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.639/2003. Essa última: “[...]estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências[...] (BRASIL, 2003, p.1), bem como a Resolução CNE/CP nº 01/2004 que “[...]institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.”, pois as mesmas vieram de uma reivindicação do movimento social negro em prol de uma educação antirracista. Neste sentido, não podemos concordar com o silenciamento e precisamos reivindicar que esta temática tenha uma maior inserção no campo educacional a fim de que a população negra tenha vez e voz no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Parecer nº 03/2004a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12816>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Resolução nº01/2004b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12816>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei Federal nº 10.639/2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Brasília, 2003b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/l10.639.htm>>. Acesso em: 10 set. 2018.

DE PAULA, Benjamin Xavier. O Ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência e reflexão. In: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/1639/showToc>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JOÃO PESSOA. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. ESCOLA A. João Pessoa: [s.n.], 2014.

_____. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. ESCOLA B.** João Pessoa:[s.n],2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em Educação:** Abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Educação e Relações Étnico-Raciais. **Revista Salto para o futuro:** educação e diversidade, ano XXIII, boletim 14, p. 14-19, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.